



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
13 de junho de 2023
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA / EXTRAORDINÁRIA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE LONDRINA REALIZADA EM 12/06/2023

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, com início às dezenove horas e quinze minutos, em segunda convocação, realizou-se na sede da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Auditório Vilanova Artigas, reunião do Conselho Municipal de Política Cultural, biênio, dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e quatro, cujos membros foram nomeados através do Decreto nº 703, de 3º de junho de 2022, publicado em 05 de julho de 2022, Decreto nº 895, de 08 de agosto de 2022 e Decreto nº 485 de 28 de abril de 2023 no Jornal Oficial do Município. Esta reunião foi convocada pelo presidente Marcelo Pinhatari com as seguintes pautas: 1) Aprovação da Ata do dia 15/05/2023, encaminhada em anexo; 2) Apresentação de proposta para a aplicação da Lei Paulo Gustavo; 3) Indicação de membros para as Comissões de Análise do Promic (segue Currículo encaminhado); 4) Informes. Passando ao primeiro ponto de pauta, a ata do dia 15/05/2023 foi aprovada por unanimidade. Como segundo ponto de pauta, a comissão criada para a aplicação da Lei Paulo Gustavo em Londrina apresentou o resultado do trabalho até então realizado. Solange Batigliana, representando a comissão informou que foram realizadas 6 reuniões e chegou-se ao plano de ação a seguir exposto:

Lei Paulo Gustavo Londrina/PR					
Audiovisual					
Art. 6o, I valor disponível - R\$ 2.281.743,69					
Ação	Objeto	Proponente	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Produção	Desenvolvimento de projeto de obra audiovisual brasileira seriada e não seriada de longa-metragem (ficção ou animação), com entrega da bíblia e roteiro, sem necessidade de teaser; ou Desenvolvimento de jogo eletrônico, com entrega do protótipo.	PF	5	40.000,00	200.000,00
Produção	Videoclipe musical, Vídeo-arte, vídeo-dança, vídeo-performance ou vídeo-ensaio, com duração mínima de 3 minutos, incluindo as produzidas a partir de celulares.	PF	15	20.000,00	300.000,00
Produção	curta-metragem – gêneros documentário, ficção e animação;	PJ	15	98.782,91	1.481.743,65
Produção	Oficina de criação (recorte do público: faixa-etária, étnico, geográfico ou outro)	PF	10	30.000,00	300.000,00
Total Inciso I					2.281.743,65

Art. 6o, II valor disponível - R\$ 521.553,72					
Ação	Objeto	Proponente	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Apoio a espaços	Reformas, restauros, manutenção e funcionamento) Teatro Zaqueu de Melo	PML/SMC	1	521.553,72	521.553,72
Total Inciso II					521.553,72

Art. 6o, III valor disponível - R\$ 261.853,56					
Ação	Objeto	Proponente	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Circulação / Difusão	Cineclube	PF	2	40.000,00	80.000,00
Circulação / Difusão	Formação técnica em audiovisual (aperfeiçoamento) digitalização recuperação, restauração; organização de catalogação ou inventário de acervo audiovisual.	PJ	2	40.000,00	80.000,00
Circulação / Difusão	Seleção de projeto de difusão de acervo audiovisual	PJ	1	101.853,56	101.853,56
Total Inciso I					261.853,56

Geral					
Art. 8o, I à III valor disponível - R\$ 1.241.651,01					
Ação	Objeto	Proponente	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Programa Economia Criativa	Feiras e Mostras	PJ	1	300.000,00	300.000,00
Programa Economia Criativa	Desenvolvimento de processos e produtos	PF	1	250.000,00	250.000,00
Programa Economia Criativa	Qualificação de produtores	PJ	1	150.000,00	150.000,00
Prêmio Vilas Culturais	Estruturação dos espaços e comunicação visual	PJ	8	50.000,00	400.000,00
Prêmio Mestres da Cultura	Mestres da cultura	PF	14	10.000,00	140.000,00
Total Inciso I					1.240.000,00

O conselheiro Bidóia solicita esclarecimento sobre o atendimento de sua demanda para as cooperativas, sendo respondido que as cooperativas estariam contempladas sendo proponentes de projetos; porém, este entende que o que foi solicitado pela setorial de

artesanato seria o direcionamento de recurso para cooperativas e não somente a possibilidade de ser proponente de projetos. Valdir Grandini ressalta que a ideia não foi a de direcionar recursos diretamente e sim abrir para que todos possam ter participação. Isabela Cunha pergunta sobre o calendário de trabalho da LPG; se as pessoas jurídicas indicadas seriam com ou sem fins lucrativos; se necessita de CNAE específico do audiovisual; e se haverá reserva de vagas; Solange em resposta menciona que a apresentação da proposta deve ser feita até 10 de julho na plataforma; que o Conselho já havia sinalizado que poderia ser realizada mais de uma reunião se necessário; Quanto à PJ, os decretos que regulamentam estabelecem a possibilidade para com e sem fins lucrativos; quanto às cotas, não houve detalhamento mas foi discutido na comissão que seria previsto a reserva de vagas. A conselheira Amanda responde que quanto ao CNAE de audiovisual isso foi discutido mas não foi aprofundado. Bidóia pergunta como se chegou aos valores do programa de economia criativa e Solange Batigliana explica que os valores correspondem ao estabelecido na legislação; Bidoia menciona que pela sua expertise acredita que os valores apresentados devem ser revistos, principalmente para a linha de desenvolvimento de produto e qualificação; e que a qualificação não deve ser apenas para qualificação digital (internet), mas para produção na prática. Assim, solicita que seja aumentado o valor de 150mil para qualificação. Gerson, da sociedade civil, pergunta sobre o que seria estruturação e comunicação visual para as vilas, sendo respondido que seria para atender demandas que por vezes tem sido apresentada pelas Vilas como questões de estrutura, programação etc. por isso foi sugerido como prêmio para que o recurso seja realizado conforme a necessidade. Gerson pergunta ainda sobre qual a necessidade do Zaqueu de melo; e ainda, que apesar da Lei Paulo Gustavo ser um recurso diferente, não deve ser pensado isoladamente com relação à política pública a ser atendida e ao que o Promic já oferece. O Secretário Bernardo responde com relação ao Zaqueu de melo que seria realizado uma coparceria com o estado, que entraria com parte do recurso para a reforma do Zaqueu. Solange completa que precisa pensar que esse valor deve ser visto como uma oportunidade para que se consiga reabrir o Teatro Zaqueu de Melo. A conselheira Isabela pergunta se no inciso I do audiovisual se precisa ser necessariamente para produtores de audiovisual ou se poderia ser aberto para outros; e se a linha de curtas para pessoa jurídica de 98mil foi pensada porque seria um valor muito alto para ser administrado por pessoa física. Valdir Grandini menciona que a ideia não seria restringir apenas para produtores desse segmento; o setor de audiovisual inclusive abriu mão de solicitar longa metragem, que exige mais recurso para ser produzido, para socializar mais os recursos. Kennedy Piau também menciona que não vê problema para que um coletivo, por exemplo, administre 98mil, e que a linha foi pensada inclusive para produção de documentário. A conselheira Rita solicita esclarecimento sobre o Prêmio Mestres da Cultura, sendo informado que foi pensado para mestres nas mais diferentes linguagens, pela sua trajetória e que seria importante sob a perspectiva do patrimônio vivo. Bidóia pergunta se os 2milhões para audiovisual poderão ser absorvidos por esse segmento, e se não poderia ser remanejado para outras linhas, sendo respondido que a lei já estabelece esse percentual; A conselheira Amanda diz que no programa de economia criativa concorda com os valores, mas entende que é preciso que os editais sejam bem claros para que todos possam ter o esclarecimento suficiente para participar. Bernardo pergunta se para as linhas de audiovisual seria necessário que produtores de outros segmentos se associem a uma produtora para inscrever projetos e que entende importante que se fomente a criação de grupos criativos, sendo respondido por Piau que a comissão não fez essa restrição e que a tendência é de pensar que economia criativa se resume a artesanato e não é; que se preocupa com a diminuição de valor nas feiras porque há muitos produtores com excelentes produtos, mas sem local para comercialização. Amanda diz entender que o Promic já vem direcionando recursos para formação e para a lei Paulo Gustavo seria importante ter outros focos também. Bidóia solicita maior detalhamento sobre a linha de feiras, sobre o valor e periodicidade; mas diz não ter uma proposta definida; Rita menciona que pequenos produtores ou pessoa física não podem propor feiras e são prejudicados, sendo informada de que as feiras seriam propostas por pessoa jurídica, mas a ideia é que produtores pessoas físicas poderiam participar como expositores; Bidóia sugere que as feiras absorvam os produtos desenvolvidos nas outras linhas; José solicita que os editais sejam bem claro, que tenha um glossário que possa conceituar os termos utilizados, como o que se entende por feira, etc. Amanda sugere que se discuta nesse momento o que foi apresentado para que o plano seja encaminhado para o ministério, e as minúcias sejam discutidas a posteriori; Valdir Grandini corrobora com isso e complementa que esses dados que foram apresentados são suficientes para apresentação do plano; e que a comissão continuaria trabalhando para maior detalhamento, sendo trazido para discussão no conselho; Isabela sugere que para pessoa física possam ser abertas mais possibilidades; Solange menciona que poderia ser redistribuir o valor da linha de curta, com valor sugerido de 12 propostas para pessoa jurídica ficando com R\$ 1.185.394,92, abrindo-se mais uma linha com mesmo objeto para pessoa física de 6 bolsas de aproximadamente 49mil, num total de mais ou menos R\$ 294.000,00; Valdir Grandini completa que o plano a ser apresentado no ministério não detalha quantidades unitárias, mas linhas e valores. Bernardo ainda menciona que existe bastante demanda de feira, que a SMC recebe muitos pedidos de apoio e que é necessário fazer um mapeamento dessas feiras; Bidóia responde que existem muitas feiras, mas bem amadoras e que os produtores mesmo que participam não auferem renda; O presidente então encerra a discussão e encaminhado para votação, e a proposta foi aprovada por unanimidade. Como segundo de pauta foi apresentada a candidatura de Eliacir Neves França para integrar as comissões de análise, sendo aprovada com 10 votos e 3 abstenções. Como informe, foi comunicado o pedido de desligamento da conselheira Angelita marques visalli, da área de patrimônio, ascendo o suplente como titular da cadeira. Nada mais havendo, às 20h55, deu-se por encerrada a reunião, secretariada por mim, Sonia Regina A Dias Branco, 1ª Secretária, cuja ata lavrei e datei e será submetida à aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural na próxima reunião.